

"FUNDAMENTOS DE ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL NO "TERRITÓRIO" OU COMUNIDADE"

ERNESTO CANDEIAS MARTINS *

INTRODUÇÃO

A acção cultural, e a sua perspectiva prática de animação, considera-se uma componente sociológica, sociopedagógica, sociopsicológica, pedagógica e educativa, indispensável, tanto à política cultural de uma região, país ou União Europeia, nas suas respectivas expressões centrais (políticas culturais descentralizadoras), como nas expressões locais (município, freguesia, bairro,...). Esta compo-

nente integradora tem como objectivo e finalidade o desenvolvimento, a transformação da fisionomia cultural; a participação dos cidadãos nos seus valores histórico-culturais da "comunidade".

No célebre relatório da UNESCO "Aprêndre À Être" de E. Faure (1974) sobre educação permanente, propunha-se uma série de iniciativas formativas nos indivíduos com o fim de promoverem as mudanças sociais e alcançar a "cidade educativa". O que era em princípio uma

* Docente na ESE de Castelo Branco

utopia, pronto se implementou, devido à estabilidade democrática, à convivência social e à participação activa dos cidadãos nas questões culturais.

A animação sócio-cultural das pessoas e grupos na (ASC) surge nessa década dos 70, significando um processo contínuo e global de acção e intervenção sócio-cultural numa "comunidade territorial" (bairro, aldeia, cidade, comarca, município, região,...), pretendendo promover compromissos de consciencialização e participação activa nos indivíduos (dimensão moral e cívica), contribuindo para a sua formação pessoal e social. A comunidade converte-se, assim em protagonista, emissor e receptor do próprio desenvolvimento do indivíduo.

As estratégias diversificadas e utilizadas na prática da ASC, conectam-se com as mesmas particularidades da comunidade ou região, onde se realiza o projecto de intervenção sócio-educativa, tendo em conta o tipo e as características do "meio envolvente". Por isso, as acções de ASC estão condicionadas pelas carências culturais da própria comunidade.

Numa perspectiva ampla de ASC leva-nos a enquadrar sectores de actividades e realidades diversas, que integram formas variadas de: ocupação de tempos livres e de ócio, acções de alfabetização, de animação recreativa e desportiva, de preservação e recuperação do património natural, cultural e artístico, da consciencialização

ecológico-ambiental dos cidadãos, da recuperação de práticas oficiais de arte popular, de actividades gastronómicas, etc. Daí, propormos oito variáveis fundamentais do próprio significado do termo de ASC:

i.)- apoia-se na participação voluntária execução das acções de animação;

ii.)- processos de comunicação interpessoal (relações humanas) geradoras de redes sociais de relação e coesão no grupo e nos indivíduos;

iii.)- utiliza técnicas sociais globalizadoras e integrais;

iv.)- é festiva, lúdica, recreativa e desportiva orientada ao encontro da "pessoa" com ela própria, com as suas potencialidades criativas, de aptidão e imaginação;

v.)- desenvolve-se no marco das liberdades espontâneas, sem usar esquemas metodológicos complexos;

vi.)- a acção abarca todos os campos da vida social e cultural de um "território" e/ou "comunidade" e região;

vii.)- retoma as tradições, os costumes populares e artísticos, a ocupação da "rua" ou "bairro" como espaço de relações e lugar de encontro;

viii.)- do processo de animação, toma-se consciência sobre a realidade, motiva-se os indivíduos na procura de soluções, promove-se as capacidades

de decisão que facilitem as mudanças sociais e educativas.

Ao longo do presente estudo conceptual, inserido no âmbito da pedagogia social, que para outros pode ser entendido como educação social, iremos utilizar o conceito de "território", como espaço sócio-cultural fundamental para executar os modelos de intervenção de ASC. Vulgarmente usa-se mais o termo de "comunidade", quando nos referimos à animação, mas tratando-se de um termo sociológico ambíguo e evasivo, trataremos de contextualizá-lo dentro da nossa perspectiva pedagógica. Por outro lado, destacaremos a figura do "animador" como dinamizador territorial de animação com os líderes e com os grupos culturais. Talvez, o ideal na ASC fosse a mobilização espontânea dos indivíduos dentro da "comunidade" a que pertencem, dinamizando eles a própria animação, prescindindo do papel permanente do animador, mas isso em algumas "comunidades" torna-se difícil.

A nossa análise heurística sobre o estudo da ASC, levou-nos estruturalmente a dividir a pesquisa em quatro partes. Inicialmente (primeiro tema) pretendemos fazer uma aproximação conceptual, em termos de linguagem, à problemática complexa da animação sócio-cultural: a definição, as características, as bases e ele-

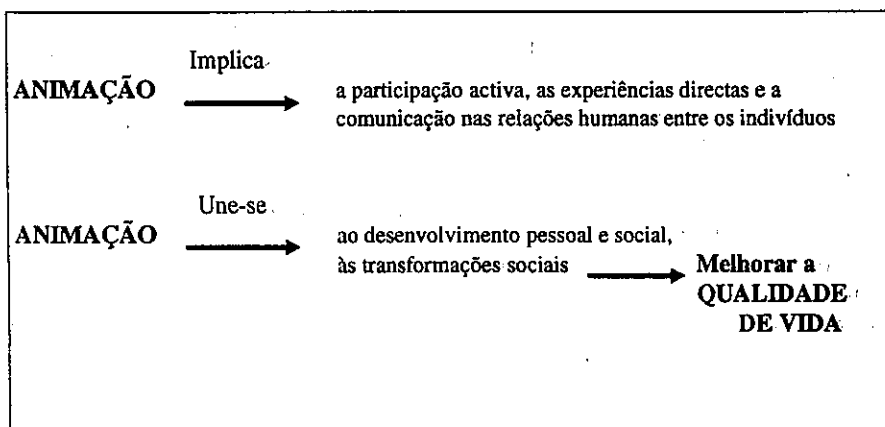
mentos da ASC. No segundo ponto descrevemos os âmbitos e as componentes da intervenção sócio-cultural, destacando o papel da intervenção, dos modelos e do "animador". No tema seguinte contextualizamos a ASC dentro do "território", referindo a importância do modelo de análise territorial no desenvolvimento da acção de animação, o modelo de intervenção sócio-cultural e as dimensões existentes na própria comunidade territorial. Terminamos propondo umas bases gerais para a elaboração de um projecto de intervenção sócio-cultural de um "centro de tempos livres", mas que pode servir de modelo para outros tipos de associações, centros juvenis ou de terceira idade, etc., destinados a dinamizar um "território" (bairro, aldeia, cidade,...).

Vemos a ASC no âmbito da educação não-formal e para todas as gerações (multigeracional), desbordando o tradicional ambiente escolar e familiar, e dirigindo-se aos problemas educativos reais que apresentam os jovens e adultos, seja na comunicação social, na rua ou bairro residencial, nos grupos e colectividades culturais e desportivas, na marginalização social (delinquentes, toxicodependentes, portadores de doenças,...), nas comunidades étnicas, nas dificuldades inerentes ao consumo e à falta de emprego, nas questões ecológico-ambientais, etc.

Todas estas questões sociais e educativas ligam-se com os objectivos da educação extra-curricular, actividades da área-escola, da escola cultural, com as problemáticas de educação familiar e cívica, da reeducação e reinserção dos jovens, da assistência e beneficência (pobreza, terceira idade, órfãos,...), com as actividades sócio-assistenciais, dos tempos livres, dos "mass-média" e meios de comunicação de massas, dos bens culturais e patrimoniais das colectividades, da forma-

ção dos animadores e educadores de rua ou de meio aberto, enfim das problemáticas da educação permanente e de adultos no contexto educativo e formativo dos indivíduos como "pessoas" e cidadãos.

Como objectivo final, pretendemos demonstrar hermenêuticamente a dupla dicotomia da animação e da importância dos modelos de intervenção na animação de modo que:



1 - A CONCEPTUALIZAÇÃO DA ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL (ASC)

1.1. - A Conceptualização: problema de linguagem

Actualmente a ASC entende-se como um leque de acções e de intervenções de diversa índole e concep-

ção, que vai desde a montagem e desenvolvimento de centros/oficinas, de actividades lúdicas/recreativas, desportivas, festivas e didácticas, até à gestão de projectos e equipamentos culturais, passando pela realização de festas/convívios, pequenos projectos de intervenção em bairros ou zonas (em delinquentes, marginados, toxicodependentes, etnias, terceira idade,

etc.), centros ou colónias de férias, tempos livres, as acções e intervenções de associações ou clubes juvenis, associações de inquilinos, movimentos educativos, etc. Estas actividades educativas realizam-se normalmente fora do horário laboral (vida familiar, vida urbana, actividades desportivas e recreativas) nas associações e instituições semi-públicas vivendo do perfil de alguns "animadores" e/ou do voluntariado de alguns indivíduos (Besnard, 1988: 14-16).

Falar de animação sócio-comunitária exige-nos estabelecer uns marcos de referências à participação, à cultura, ao grupo, ao ócio e tempo livre, à motivação e interesses, à comunidade, à região, etc., reconhecendo que a "animação", provém de campos de intervenção muito diversos: dos professores, psicopedagogos, assistentes sociais, gestores culturais, sociólogos, militantes de associações culturais, cívicas, religiosas e políticas, vendo-a com matizes e orientações distintas, segundo a dinâmica ou mobilização social a que concebem a sua actuação. Sendo, assim, corre-se um grave risco pretender definir ASC devido a essa amplitude do termo e às múltiplas definições que dão os especialistas em educação social ou pedagogos sociais.

Num intuito de aproximação à linguagem conceptual da ASC, iremos explicar alguns aspectos implícitos do referido termo. Ressaltamos o âmbito

comunitário ou grupal entre gerações que subjaz a qualquer acção sócio-cultural. Historicamente (Nota 1), o discurso da ASC, ressurgiu nos anos 60 (em Portugal na década dos 70), incorporando inicialmente três factores relevantes:

a.)- o fenómeno da industrialização, os processos de urbanização, a emigração, os avanços científico-tecnológicos, o consumismo, os modelos económicos, a concentração urbana e o início da desertificação das zonas rurais, a perda de referentes culturais, etc., propiciam acções de recuperação da identidade cultural;

b.)- a reestruturação do tempo laboral provoca novas concepções (socio-educativas) dos tempos livres, do ócio e do lazer (destacando-se o ócio criativo), a saturação do consumismo, a alienação dos meios de comunicação social ou "mass-média" (McLuhan, 1962: 255-298; Wolf, 1987: 18-119);

c.)- a denúncia das desigualdades sociais e dos direitos humanos, que originam uma nova dimensão da sociedade, num intento de harmonizar a cidadania e o individualismo tendo em conta os princípios da universalidade e da igualdade, reconhecendo-se na participação o efeito desejado para construir uma sociedade civil democrática.

Cremos que ASC uniu-se aos efeitos devastadores provenientes da II Guerra, que fez renascer os movi-

mentos sociais, educativos e culturais, numa renúncia aos supostos ideológicos, que avançaram evolutivamente numa linha de progresso e equidade, integrando outros discursos ou linguagens possíveis, como por exemplo: a Declaração dos Direitos Humanos (ideais de igualdade/universalidade) e os da Criança, a democracia e o civismo moral, a cultura popular (identidade cultural), a influência e a expansão dos meios de comunicação na dicotomia informação versus comunicação (transformação dos hábitos, costumes e usos sociais), o desenvolvimento sócio-económico e o modelo de sociedade de bem-estar (cotas de qualidade de vida, de saúde, educação, etc.), a difusão dos bens e produtos culturais (acessibilidade à criação cultural designada a "democracia cultural"), etc.

Neste declinar do século, a ASC abriu-se a novas referências de linguagem que a configurou numa nova concepção baseada na perspectiva da inovação tecnológica (a informática e os "multi-media", as telecomunicações, os processos de comunicação sistémica interactiva, as novas dimensões dos canais de participação, etc.), nos influxos da economia de mercado que fez surgir novas gestões e marketings culturais (discurso de cultura da eficácia, a optimização dos recursos, os projectos e programações, previsão e diagnósticos dos circuitos de distribuição,...), as novas ideologias (pacifismo, feminismo, ecologismo,

não-violência,...), etc., encaminhando-a a um referente comum: acções e transformações sociais na comunidade de sociocultural, na tecnologia e na comunicação.

A pluridimensionalidade do termo enraíza-se em realidades concretas, que respondem à própria história e à cultura das comunidades, distinguindo-se, segundo o paradigma em que a ASC se centra:

- **âmbito psicológico:** estudo do sujeito como pessoa inserida na comunidade ou grupo com diversos comportamentos e atitudes sociais;
- **âmbito sociológico:** estudo integral do grupo e da comunidade;
- **âmbito educativo e pedagógico:** repercussões educativas e formativas ao nível pessoal e profissional das acções de animação;

Estes princípios conceptuais dão-nos uma visão particular dos objectivos e linhas de acção e orientação distintas da "animação", permitindo-nos afirmar, contudo, que a finalidade última da ASC é o de melhorar a qualidade de vida da comunidade e dos seus cidadãos, através da própria acção participativa de cada indivíduo.

1.2 - Análise do conceito de ASC

A.)- Tentativas de definição:

Consideramos que ASC deve ser concebida entre gerações ou multigeracional, não tendo por isso limi-

tes de idade, ainda que, por vezes falamos de animação juvenil, animação de adultos e da terceira idade, etc. Ela é uma intervenção sobre um colectivo social num "meio" comunidade ou "território" concreto, mas cuja definição e distinção é aquela que estabelecem os próprios grupos sociais participantes e os actores do processo de animação. Muitos especialistas e alguns organismos de educação (Ministérios da Educação, OCDE, UNESCO, etc.) intentaram defini-la nas suas publicações ou dossiers.

O sociólogo Ander-Egg definiu-a como *"...um conjunto de técnicas sociales que basadas en una pedagogia participativa, tienen como finalidad promover prácticas y actividades voluntarias que, con a participación activa de la gente, se desarrollan en el seno de un grupo o comunidad determinada y se manifiesta en los diferentes ámbitos del desarrollo de la calidad de vida"* (Ander-Egg, 1981: 31). Desta definição destacamos duas ideias básicas:

i.)- a ASC como tecnologia social: pela tecnologia o homem objectiva o seu "meio" e intervém sobre ele, dominando a experiência, as formas de comunicação e as relações sociais, sendo capaz de criar cultura, gerar formas de controle do "meio", etc. Nesta perspectiva a "animação" seria um processo criador de cultura num sentido muito amplo;

ii.)- a pedagogia participativa como processo de participação activa dos

indivíduos nos seus processos de criação tecnológica.

O Ministério de Educação e Cultura nos inícios dos anos 80 definiu-a como um intento das comunidades, em processo de organização e luta, tomarem consciência participativa e criativa pelas questões sócio-culturais, considerando-a, assim, numa vertente de educação popular com uma actualização crítica, livre e transformadora da sociedade.

O Ministério de Cultura Francês, país onde se desenvolveu importantes processos sócio-culturais, afirmava na altura que: *«...La fonction "animation" se définit comme produite par un réseau d'institutions diversifiées qui se caractérisent par un certain nombre de points communs: le recours à des activités de support diverses (les disciplines artistiques constituant les plus importantes de ces activités de support); l'utilisation d'un groupes empruntées a d'autres disciplines, notamment la psychosociologie, et un financement public partiel»* (Annuaire Statistique de la Culture, 1977: 26).

Pierre Besnard referindo-se aos estudos e às investigações realizadas na área da ASC (Besnard, 1980 a: 23-67), destacava neles as perspectivas distintas (sociológicas, psicológicas, psicossociológicas, pedagógicas,...) e o uso de conceitos distintos de "animação", devido às suas diversas práticas, fruto das actuais correntes ou ideologias (autogestão, estatal, associ-

ativa, militante, tecnológica, mística,...). Exigia, pois, umas pautas mínimas comuns no vocabulário da animação, apesar de reconhecer a complexidade e polissemia que a caracteriza (Besnard, 1984: 13-52). Parece ser para este sociopedagogo que um dos problemas teóricos mais importantes seria uma investigação aprofundada, no âmbito semântico, abrangida pelo termo "animação".

Num intento de precisar o referido conceito, Raymond Labourie (Director do Centro de Estudos do Instituto Marly-le-Roi) explicou a fundamentação das distintas definições da ASC, assinalando que uma grande parte delas apoiam-se numa ideologia com dois níveis:

"...El primer nivel es el de la Sociología educativa: para unos se tratará de valorizar los instrumentos de la animación (...) para otros la animación es menos la instauración de un aparato tecnológico que la expresión de un grupo que constituye su comunidad de valores, de intereses y de acciones, creando su proyecto social.

El otro nivel conecta con las grandes corrientes ideológicas de la sociología francesa. Según unos, la animación tiene la función de desbloquear la comunicación social, establecer el calor y la intimidad en las relaciones. Según otros, su función (...) es preparar el aprendizaje y la posesión de los principales lenguajes, racionales, estéticos, poéticos, económicos, etc." (Besnard, 1988: 16-17).

Parece, assim, pelo que expusimos, haver umas notas sistemáticas caracterizadoras da ASC, que sinteticamente poderiam ser:

- i.)- um conjunto de práticas e acções destinadas a gerar processos de participação no maior número de pessoas;
- ii.)- que as acções são realizadas de maneira harmoniosa com todos os participantes desenvolvendo as possibilidades de cada um, do grupo ou do colectivo;
- iii.)- que gera dinâmicas que convertem o público espectador em participante e actor;
- iv.)- metodologias adequadas que desenvolvem a prática dos participantes e o seu nível de consciência, quando participam;
- v.)- articula práticas abertas a todos os participantes, independentemente do sexo, da idade, da condição social e cultural;
- vi.)- reconhece o pluriculturalismo e/ou multiculturalismo e a autonomia dos destinatários;
- vii.)- que os projectos culturais têm como marco referencial um modelo de sociedade e um projecto político;
- viii.)- todo o processo compreende capacidades de análise, organização, criação, expressão e avaliação.

Em todas as definições dadas pela maioria dos pedagogos sociais, dos sociólogos, dos sociopedagogos ou sociopsicólogos sobre a ASC, encontramos uns elementos químicos comuns, que seriam:

- a.)- a animação como um conjunto de técnicas sociais e de intervenção sobre colectivos sociais, comunidades ou regiões;
- b.)- o grupo social e a comunidade são os elementos básicos, onde se gera os processos de intervenção sócio-cultural, com os meios fundamentais de acção e participação do indivíduo no marco social;
- c.)- a animação é uma pedagogia participativa, isto é, uma pedagogia cívica, a qual faz do indivíduo um sujeito activo da intervenção, provocando-lhe simultaneamente vários processos de participação no meio social;
- d.)- a animação cria processos dinâmicos de análise e síntese, originando internamente no "meio", capacidades de resolução ou solução;
- e.)- a animação gera situações de transformação social na comunidade;
- f.)- a intervenção cria cultura ao modificar criativamente os modos de organização do "meio", os modos de comunicação e de relação, gerando novas realidades culturais assumidas num projecto cultural, que inclui a bagagem histórica e perspectivas de futuro da comunidade;

g.)- a animação favorece os processos de comunicação e de socialização, pretendendo melhorar a qualidade de vida da própria comunidade;

A ASC, tal como a entendemos no âmbito da "educação não-formal", apresenta um evidente carácter educativo ou formativo, que a distingue claramente de outras manifestações ou acções educativas institucionalizadas de educação formal (actividades da Área-Escola, extra-escolares, educação curricular,...). A "animação" será, assim, considerada um movimento de massas paralelo à escola, convertendo-se às vezes em sua opo-sitora. Frente às denúncias à "Escola", por esta estar desvinculada da comunidade, a ASC defende as liberdades de expressão, o respeito aos outros por muito diferentes que sejam, motivando a procura da criatividade fomentada pelo espírito crítico, etc.

Para nós definir a ASC seria reintegrar três realidades tão complexas numa só, numa intersecção da educação dos tempos livres com a criação cultural e a participação cívica do cidadão. Vejamos cada uma delas:

- educação dos tempos livres: entendida como educação permanente (UNESCO) gerada a partir das experiências e das relações entre os indivíduos e dos grupos. Esta educação não-formal, mas integral e participativa, desenvolve os tempos livres, de ócio e de lazer do indivíduo e a sua livre opção para

integrar e participar no processo, convertendo-o em actor protagonista do seu próprio processo de formação pessoal e social;

- **criação cultural:** entendida como recriação de processos e valores, como por exemplo a criação artística, o desenho, a pintura, a criação colectiva de formas (teatro, cantares,...) e modos de viver na comunidade, etc., sob os critérios da participação, comunicação e melhoria de vida;
- **participação cívica do cidadão:** supõe a participação directa do indivíduo no grupo, nas colectividades e na comunidade em que vive, numa livre expressão das suas ideias, opções e valores, permitindo-lhe como cidadão (no sentido moral e cívico) aceder à gestão, organização e decisão dos processos importantes do grupo, da colectividade e da comunidade em geral. Um exemplo desta participação é dado pela consciência ecológica e ambiental do seu "território", dos valores culturais, patrimoniais e turísticos (educação cultural) da comunidade ou da região.

A inter-relação destas três realidades dá origem à ASC, enquanto acção educativa "não-formal" realizada fora do sistema educativo institucional. O seu objecto destina-se a promover a dinâmica ou dinamização de todos os cidadãos, de modo a que

se transformem em criadores de cultura. Neste sentido ela une-se aos princípios da educação popular (iniciada nos finais do séc. XIX e desenvolvida na 1ª República por algumas instituições e associações) ao pretender a formação da "pessoa" desde o seu "meio", partindo das suas raízes sociais, históricas e culturais.

B.)- *As Características e as Bases da ASC*

A. ASC, tal como referimos, apresenta as seguintes características principais:

a.)- **participação na colectividade:** o indivíduo e os colectivos sociais assumem progressivamente a participação activa na vida da comunidade, na planificação e resolução dos problemas de índole comunitária. A "participação" serve para o exercício da democracia, para o desenvolvimento da solidariedade, potenciar o pluralismo de ideias, para um melhor conhecimento da realidade propondo o sentido da sua transformação e contribuindo para uma educação social e cívica/moral;

b.)- **protagonismo do cidadão:** participação nos processos de "praxis" social. Enquadra-se neste caso, as propostas de P. Freire, em que o indivíduo converte-se em sujeito da comunidade em que vive, assumindo o protagonismo dos processos de reflexão-acção, dando lugar à intervenção e às mudanças sociais;

c.)- **intervenção sobre e dentro do tecido social:** partindo da vida dos colectivos sociais gera-se processos de intervenção que transformam as próprias estruturas sociais desses colectivos, criando uma rede associativa e simultaneamente modificando a existente;

d.)- **entre várias gerações:** a intervenção sócio-cultural não distingue idades (multi-geracional), porque realiza-se em função dos grupos destinatários do tecido social e de um modo global;

e.)- **melhorar a qualidade de vida:** a "animação" pretende a mudança social, procurando uma sociedade em que o indivíduo e os colectivos (intervenção dialéctica) adquirem um maior nível de vida e bem-estar;

Definidas as características da ASC, intuímos nelas uma série de factores ou técnicas de intervenção, que consideramos como fundamentais no acto de análise de qualquer processo de animação. Desde esta óptica, apreciamos como bases da ASC:

i.)- **o território ou comunidade** onde realizamos a acção e onde estão imersos os indivíduos, os grupos e as instituições, com os seus condicionalismos, interrelações e dinâmicas sociais. A sociologia e as técnicas de investigação e de intervenção social, entendidas como ciências básicas, dão o suporte teórico e a interpretação dos processos de ASC. Deste modo, falamos de sociopedagogia, sociocultura,

sociologia de grupos, etc., quando nos referimos aos processos da intervenção sócio-cultural;

ii.)- **o grupo como "micro-meio"** em que se estabelecem as relações básicas de análise e síntese e que permitem a intervenção social. Esta unidade básica da vida associativa, possibilita o acesso à participação na dinâmica social, integrando tanto o pequeno grupo de encontro, como as associações/clubes, os grupos de jovens, grupos musicais e de teatro, etc.

O "grupo", fazendo parte do ecossistema social, forma-se em função de uns objectivos (educativos, culturais, desportivos ou recreativos, artísticos, políticos, etc.) comuns a todos os seus membros, em que o seu "modus vivendi" está condicionado ao meio concreto em que se encontra inserido, ao nível de idades e à idiossincrasia sociopolítica. Este objectivo comum, determina a actuação social, a orientação das formas de participação, a relação e a presença social.

No seio do grupo estabelece-se, também uma série de inter-relações e relações com o exterior, que configuram a dinâmica própria e específica, em que a dinâmica de grupos, a comunicação e as técnicas de intervenção grupal constituem a base da ASC;

iii.)- **as relações interpessoais entre os membros do grupo ou comunidade** legitimam os processos de intervenção

social, as relações espontâneas dos indivíduos e as orientações modificadoras, produzidas no grupo ou na comunidade e as intervenções que realizam. Estas relações interpessoais provocam a comunicação e a análise/relações objectivas e dialécticas à comunidade onde vivem, facilitando os processos de conhecimento e formação pessoal e social do indivíduo e do grupo, constituindo a plataforma fundamental para sintetizar as intervenções de transformação da comunidade.

Assim, o conhecimento e a compreensão da própria relação interpessoal, a comunicação "pessoa-pessoa" e as técnicas de expressão e comunicação entre os indivíduos e os grupos, são as bases dos processos da intervenção sócio-cultural. Em resumo esquemático temos o:

MEIO (Sociologia) — **GRUPO/COMUNIDADE** (Dinâmica de Grupos) — **INDIVÍDUO** (Relações Interpessoais)

C.) - Os Elementos da ASC: a Educação dos Tempos Livres, a Cultura e a Participação

Referidas as ciências ou tecnologias básicas da ASC, analisemos os elementos, que misturados com as bases anteriores, ajudam a configurar os fundamentos das técnicas de animação.

1º.- a educação dos tempos livres ou de ócio:

Entendemos por "tempo livre" (âmbito de educação não-formal), quando o homem se liberta das suas obrigações quotidianas. O "tempo" para cada pessoa diferencia-se entre o tempo laboral socialmente útil e o tempo dedicado a satisfazer as necessidades. Por isso, o "tempo livre" (Jane, 1967: 48-91) relaciona-se com o tempo de trabalho, com a satisfação das necessidades vitais e actividades criativas realizadas pelo homem e mulher. Estes realizam o seu "tempo livre" para:

- fazerem aquilo que querem, o que lhes apetece e as actividades gratificantes ou de prazer;
- relacionar-se com outras pessoas, comunicar-se, trocar ideias, experiências, emoções, sentimentos, etc.;
- relacionar-se com as pessoas do outro sexo, estabelecer relações de namoro, viver as relações familiares, etc.;

Estas relações interpessoais experimentam-se de modo activo com um desenvolvimento harmónico e natural, vivendo-as de forma criativa e vivenciadas como tempo de ócio, em formas atípicas e consumistas, relações sociais, de cultura, adicto aos meios de comunicação, etc. Particularmente, entendemos o tempo livre como tempo de ócio, sempre que o

tempo livre seja utilizado para desenvolver a relação educativa/formativa, a criatividade e o aperfeiçoamento integral das pessoas.

A actividade educativa (natural e intencional) é possível no tempo de ócio, porque o tempo livre vivenciado como tempo de ócio criativo facilita as relações interpessoais, as experiências pessoais e o crescimento da personalidade. O acto educativo converte-se, assim, numa relação natural entre pessoas, de modo livre, activo e criativo. Deste modo, esta acção no tempo livre vive-se como participação voluntária no processo de amadurecimento, experimentada desde a ausência da obrigação a que pode estar submetida institucionalmente.

A educação no tempo livre é uma verdadeira educação desenvolvida desde os parâmetros da opção livre, da vivência grupal, da responsabilidade e implicação pessoal, da comunicação interpessoal, na interpeção experimental da realidade e da autonomia pessoal. Esta educação converte-se, pois, numa acção social (pedagogia social) que pretende transformar as estruturas sociais, perseguindo as mudanças de atitudes e criando novos comportamentos e estilos de vida. Por isso, essa acção educativa transformadora deve partir das raízes histórico-culturais da comunidade em que a pessoa vive, para uma visão crítica da vida e das relações que ela estabelece com o "meio". Daí afir-

marmos que esta educação é um processo integral e permanente.

Mas, quais as finalidades dessa educação nos tempos livres e que tipo de actividades promove?

Há um leque de finalidades que sumariamente podem ser:

- a sensibilidade frente à experiência histórica, social e cultural do povo;
- o tomar consciência da própria realidade em que vive, das experiências, das relações, dos sentimentos e emoções,....;
- o diálogo e o confronto de ideias e opiniões, a capacidade crítica e consensual tanto pessoal como grupal;
- o integrar-se nas experiências colectivas dos grupos sociais em que vive, isto é, no bairro, na aldeia ou povoação, na comunidade, na região, etc.;
- o adoptar normativamente modos de organização nas convivências que fomentem a participação activa de todos e de cada um em particular;
- o aceitar as normas de convivência estabelecidas pelo próprio grupo;
- o assumir modos cooperativos ou associativos (dinâmica grupal) nas actividades, nos objectivos ou metas, etc.;

- o ter atitudes críticas para com o mundo cultural num sentido libertador e da própria liberdade num autêntico desenvolvimento pessoal e social.

A educação integral do indivíduo, vista nesta óptica da educação não-formal (educação dos tempos livres), converte-se numa alternativa de renovação pedagógica e de sentido inovador, ao conjugar-se nas suas acções educativas com a educação formal ou institucional.

2º.- **a cultura:** é outro dos conceitos fundamentais para interpretar a ASC. O termo aparece pela primeira vez a meados do séc. XIX por Jacob Burkhart (obra: "A Cultura do Renascimento em Itália"), pretendendo ser a totalidade (representações, imagens, motivações significativas com sentido nas relações simbólicas,...) do que a sociedade humana pratica, produz e pensa e que é possível transmitir pela aprendizagem. Ela surge dentro do grupo social.

É eloquente a afirmação de Delfim Santos, no âmbito da sua antropologia pedagógica que a "...Cultura é um processo de valorização do humano, isto é, mais de formação de carácter do que de transmissão de saber. Não há cultura, portanto, sem um certo conceito de humanismo que lhe sirva de suporte, e uma cultura que não tenha uma ideia de humanismo a propor é uma cultura sem fundamento e, como tal, indigna de se lhe chamar cultura." (Santos, 1987: 407). O

homem nasce e amadurece dentro de uma determinada especificidade cultural. Por isso, não há cultura sem tradição, porque o conjunto de elementos que ela acarreta permite ao homem gerar personalidade e carácter, sendo ele o portador dessa realidade de compreensão, do amor, da generosidade, que é o seu "espírito": *"Uma cultura que não tenha esta finalidade em vista é apenas preparação técnica para a produção disto ou daquilo, em que o homem aparece como agente de outra coisa que não é ele próprio"* (Santos, 1987: 522).

A "cultura" para este nosso pedagogo integra tudo o que caracteriza os comportamentos individuais ou colectivos, as especificidades culturais, porque ela é antropologicamente acumulativa pelas gerações, mas ao evoluir, apresenta forças contra-culturais, regula as novas formas culturais e parece possuir uma dupla função de diferenciar e proteger o próprio grupo ou comunidade. Neste sentido Ander-Egg (1981: 34-80) arremata esta ideia propondo três concepções de "cultura": como aquisição de um conjunto de saberes (cultura cultivada), como estilo de ser/fazer/ /pensar e do conjunto de obras e instituições (cultura cultural) e por fim como criação de um destino pessoal e social (cultura construtiva).

A OCDE e o Conselho de Europa (Comité de Cooperação Cultural) concebem e realizam a criação cultu-

ral, distinguindo a oposição entre "duas culturas" (a dos valores=criativa e subjectiva; e a dos científicos=objectiva e pragmática), denominando-as:

i.)- difusão cultural entendida como consumo cultural de produtos elaborados pelos "artistas" e caracterizada pela comunicação unidireccional. Assim, uns são os criativos, outros os criadores de produtos, actores do processo e outros convertem-se em receptores passivos das mensagens criativas culturais. São exemplos, as programações de cinema, teatro, os concertos, o folclore e a música, os museus, as exposições e as galerias de arte, etc. (difusão comercial da cultura);

ii.)- a animação cultural como participação activa dos cidadãos nos processos de expressão e criação, convertendo-se em criadores de cultura pela manipulação do mundo da criatividade (acções técnicas), através da expressão/comunicação, dando sentido ao mundo da cultura. São exemplos desta concepção, as oficinas de arte, os centros cívicos, as casas da cultura, as casas da juventude, os grupos de encontro, etc.

A convergência destas culturas ou concepções de acção cultural dá como resultado a autêntica ASC. Assim, a intervenção facilitará aos indivíduos e aos grupos a auto-organização e a participação nas acções e nos meios respectivos, permitindo o acesso à criação cultural, ao seu desen-

volvimento, à difusão e inovação do mundo cultural.

3º.- **a participação:** A participação é o terceiro elemento configurador da acção sócio-cultural. Participar é tomar parte activa na vida da comunidade, nas suas decisões e conflitos, nos seus sentimentos, nos riscos e nas suas agrupações ou associações. Trata-se, neste vínculo do indivíduo ao grupo, o de assumir numa consciência colectiva as responsabilidades ou os compromissos que o implica na vida do grupo e nas consequências das suas acções (Poujol, 1983: 25-36). Este objectivo pretende que os cidadãos sejam agentes das mudanças na comunidade, numa cooperação organizada e responsável, pela intervenção activa na resolução de problemas, na utilização de recursos e serviços de interesse comunitário.

Quando falamos de animação temos forçosamente de falar de participação activa do indivíduo, do compromisso e das responsabilidades frente ao grupo, ao bairro, à cidade, à comunidade, etc., isto é, preocupação e acção num "meio". É desde esta acção crítica e comprometida dos indivíduos que surge a ASC e simultaneamente a dinamização da população com os seus líderes na comunidade.

Convém, contudo, distinguir na ASC diversos tipos de "participação", os quais os agrupamos na:

i.)- **participação activa do sujeito:** implicação directa (actor) na realização de alguma actividade de tipo social, educativa, cultural, etc., obrigando o sujeito a assumir compromissos, responsabilidades e um sentido coerente com as decisões tomadas;

ii.)- **participação de espectador:** o indivíduo assiste como observador, espectador ou consumidor das actividades em oposição à participação activa, não se exigindo compromissos ou responsabilidades. São exemplos desta participação, o assistir a uma obra de teatro, cinema, um festival de música ou folklóre, a uma actividade desportiva ou recreativa, o comprometer-se com a associação de inquilinos, etc.

Logicamente a participação integra a comunicação (códigos linguísticos e semânticos com as suas interferências ou desconexões, códigos sociais) e a interrelação pessoal. É desde aqui que surgem a formação das redes sociais, de comunicação, de associação e de relação entre os indivíduos. Em definitiva a "animação" parte do compromisso dos indivíduos, porque ela representa a acção sobre o meio ou comunidade, e tem como objectivo a participação desses indivíduos nas redes sociais de comunicação e de relação, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social.

2. - A INTERVENÇÃO SÓCIO-CULTURAL

2.1. - Os Âmbitos da Intervenção:

Referimos anteriormente que as áreas de intervenção sócio-cultural eram a:

- **relacional:** as relações dos indivíduos entre si, o seu desenvolvimento e a organização da vida colectiva (afectiva, amizade, namoro, participação social, etc.);
- **lúdica e festiva:** as vivências do ócio como actividades gratificantes, o jogo, as festas como projecção da personalidade e das vivências culturais de um povo, a música e o folklóre, as tradições, a gastronomia, etc.
- **assistencial:** resposta aos problemas que afectam a convivência das pessoas e do colectivo, por exemplo as relações familiares, sociais, sexuais, laborais, dependências, beneficência e ajuda, etc.

Sendo a ASC uma actividade interdisciplinar e entre gerações ela pretende dar resposta aos distintos âmbitos da vida dos indivíduos e dos grupos. Ao fazer uma análise à prática da animação, intuimos a existência de quatro âmbitos básicos de intervenção diferentes: a animação socio-

-educativa, a animação sociocultural, a animação socioassistencial e a animação socioeconómica. Vejamos alguns aspectos de cada uma delas:

a.)- **animação socioeducativa:** fundamenta-se na pedagogia do tempo livre que entende a animação como uma acção educativa não-formal e informal da formação dos jovens estando em função de um projecto educativo de base. Parte de uma metodologia educativa apoiada na auto-gestão grupal (técnicas de Freinet, R. Cousinet, etc.), da participação activa e da comunicação entre os membros do grupo. Nela une-se os postulados da pedagogia social, da educação permanente (UNESCO) e da animação na infância e na juventude. O animador como dinamizador é concebido como um educador, realizando as suas acções nos movimentos educativos, centros de férias/colónias, programas da Área-Escola ou extra-escolares;

b.)- **animação sociocultural:** promove programas de intervenção social, destacando-se os aspectos da criação e da vivência cultural, da participação dos cidadãos nos problemas da comunidade, da educação de adultos, da educação dos tempos livres, da educação permanente ou educação popular. Nesta vertente distinguimos, também, entre animação sociocultural e animação cultural. A primeira incide mais no desenvolvimento das qualidades e capacidades pessoais através da pedagogia colectiva, utilizando di-

ferentes técnicas de expressão e comunicação inter-grupos. O animador é um dinamizador das relações, da dinâmica do grupo e da colectividade, promovendo acções nas associações juvenis e culturais, nas casas de juventude, centros cívicos e sociais, etc. A animação cultural, por seu lado, tem por objecto potenciar a criação, a produção e a difusão cultural, pondo em contacto os criadores, os produtos com público. Aqui, o animador é um autêntico gestor de equipamentos ou de programas culturais. São exemplos, as actividades das Casas do Povo, das casas da cultura, fundações culturais, os equipamentos culturais, etc.;

c.)- **animação socioassistencial ou animação social:** inspira-se na óptica da sociedade do bem-estar social na política de superar as desigualdades sociais. O seu objectivo é o de "libertar por emancipação e consciencialização" a expressão dos desfavorecidos, das etnias, dos marginados, das minorias e dos excluídos. O "assistencial" é o meio de promoção, da prevenção dos desvios sociais e da emancipação desses colectivos desfavorecidos. O animador será um técnico que deve trabalhar em equipas interdisciplinares com psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e educadores, desenvolvendo acções de serviços sociais, em centros sociais, centros de toxicodpendência, nos centros de reeducação, nas residências infantis/juvenis, lares, asilos da 3ª idade, etc.;

d.)- **animação socioeconómica:** permite a promoção e a dinamização dos colectivos que querem integrar-se no mercado de trabalho, através de fórmulas colectivas e de auto-emprego (une a formação, a dinamização colectiva e a gestão). O animador seria o técnico que deve proporcionar o emprego e a dinâmica de grupos, com acções/cursos de formação, criação de associações, experiências cooperativas e de auto-emprego, etc.

Outros âmbitos da acção dinamizadora do animador, como por exemplo, a animação turística e laboral, animação de rua ou de bairro, animação de grupos, animação comunitária, etc., estão incluídas nas anteriores. Contudo, para alguns especialistas a "animação comunitária" identifica-se com a socioassistencial ou animação social, enquanto outros consideram-na um âmbito mais de intervenção.

Pensamos que qualquer intervenção deve abarcar estes âmbitos e os quatro níveis etários essenciais (crianças, jovens, adultos e terceira idade). Assim, no âmbito "socioeducativo" as acções são prioritariamente dirigidas a crianças e menos aos jovens e adultos; na "sociocultural" as acções realizam-se com jovens e adultos e menos com crianças e terceira idade; no "cultural" as acções realizam-se com adultos e menos com jovens; no "assistencial" as acções dirigem-se a jovens e à terceira idade; e

por último no "socioeconómico" as acções são prioritariamente com jovens e adultos.

Outro aspecto importante é o da união da ASC com o associativismo ou colectivos de serviços de âmbito local ou territorial, com os movimentos apoiados num projecto educativo em função de um ideal e na federação regional. O carácter internacional do associativismo, provenientes dos "boys scouts" (Baden Powel), das associações religiosas, sindicais, etc., foram incrementadas com a Acta Única Europeia, com iniciativas e apoios da Comunidade Europeia e do Conselho da Europa, destacando-se as dirigidas à juventude.

2.2. - As Componentes da Intervenção:

A.)- A Metodologia da Animação:

A metodologia é o conjunto de recursos, materiais e formas, que de modo organizado, intencional e progressivo configuram a dinâmica da acção. Ela está em função e correlação com os fins propostos, e os ideais da sociedade ou comunidade onde se realiza os processos de animação. Orienta-se, segundo os objectivos da criação cultural, da educação dos tempos livres e da participação dos cidadãos. Estes objectivos vêm implicados pelo ideal de transformação social sobre o qual se elabora os projectos de ASC.

Em qualquer intervenção sócio-cultural a metodologia determina a forma de interrelação e interpelação entre o animador, o grupo, os líderes, os destinatários e o meio social. Tanto a intervenção realizada como a metodologia utilizada correlaciona-se directamente com os objectivos que se pretende alcançar e os resultados previstos. Por outro lado, também a metodologia depende muito da "ideologia" do animador e do conceito de ASC. Este virá implicado pela concepção dinâmica dos processos de culturalização, de educação e participação social. Tal como demonstrava McLuhan (1962) que o "meio determina a mensagem", igualmente na ASC a metodologia determina a mensagem de participação no processo de transformação social.

Tradicionalmente a animação recolheu as propostas metodológicas da Escola Nova, sendo importante a educação ambiental, a educação cultural, a educação cívica e moral, o trabalho em grupo (vivências grupais) e os métodos activos que ajudam o indivíduo a descobrir a sua própria comunidade, pelas vivências ou experiências partindo de diversas linguagens (corporais, plásticas, audiovisuais, escrito, musical, etc.). Actualmente, a metodologia da ASC apoia-se na utilização de métodos intuitivos e activos, no fomento da criatividade, no trabalho de grupo e nos tratamentos globais e interdisciplinares da pessoa,

respondendo ao processo: participação-criação-produção-difusão cultural.

Como características específicas da metodologia da animação assinalamos as seguintes:

- sentido lúdico, vivência livre, original e criativa do indivíduo, vivência festiva e popular;
- comunicação pessoal e diálogo sintetizador de novas opções;
- carácter cooperativo na resolução de problemas;
- participação responsável de todos os membros do grupo na discussão, tomas de decisão e aplicação na prática e resolução de conflitos;
- carácter vivencial das experiências no compromisso com a comunidade e respectiva consciência crítica (reflexão) sobre ela e as acções;
- tratamento integral das acções a realizar, criando novas atitudes;
- utilização prioritária da expressão pelos "multimedia" e das diversas formas e linguagens de expressão (corporal, oral, icónica, musical, plástica, etc.).

Todas estas características interrelacionam-se sobre a experiência ou vivência do meio envolvente, do clima/ambiente afectivo da acção e da utilização integral das linguagens, definindo a própria metodologia da acção sócio-cultural.

B.)- As Actividades:

A actividade encontra-se no ponto intermédio entre o projecto (interesses individuais e grupais e objectivos propostos) e a consecução dos resultados. As actividades realizadas por um colectivo estão em função de parâmetros dos objectivos do projecto e simultaneamente determinadas pelos factores de estrutura do grupo, da liderança, dos "status" e "roles" e dos conflitos que vive o grupo, o meio, a época histórica, a idade, a moda, etc. (Bento, 1989). Todas estas coordenadas inspiram o animador à hora de elaborar o projecto das actividades (Besnard, 1984: 45-79).

Não pretendemos dar uma classificação ou taxonomia das actividades possíveis no campo da ASC, mas destacamos quatro dos seus níveis:

i.)- carácter individual: são os "hobys" que o indivíduo cria espontânea e livremente, desenvolvendo-se e auto-concentrando-se, permitindo-lhe relacionar-se, estabelecer laços de amizade, segundo os interesses e motivações. São exemplos, os passeios, as visitas, os jogos em casa, as leituras, o coleccionismo, os jogos no computador, o vídeo, etc., não existindo a intervenção do animador;

ii.)- actividades em pequeno e grande grupo: são as mais usadas em animação, em que o grupo estrutura-se de maneira natural, e o animador com

um carácter de voluntariado social, exerce a liderança dentro do grupo devido aos seus conhecimentos ou situação social. As actividades próprias são as das oficinas, cursos e conferências, clubes, excursões, centros de férias, festas, jogos, certames, concertos e actuações, etc.;

iii.)- actividades de colectivo num bairro: a intervenção sócio-cultural é mais impessoal, porque a actividade parte do grupo e projecta-se no vizinho que vive nesse bairro (ou edifício), aparecendo a figura do animador semi-profissional, que de modo voluntário ou com alguma remuneração colabora com as instituições públicas e associações na programação e desenvolvimento dos projectos de actividades desse colectivo ou grupo. São próprias deste nível as actividades como exposições, jornadas ou semanas culturais, festas do bairro (S. João, S. António,...), jornadas de teatro ou de arte popular, jornadas gastronómicas, etc.;

iv.)- actividades de colectividades ou associações de tipo comarcal ou regional: estas actividades do grupo estruturam-se num projecto organizativo com outros grupos que participam nesses programas. A acção sócio-cultural neste nível é orientada pelas instituições públicas ou associações de grande implementação social na região. O animador intervém pela sua capacidade técnica ou situação laboral (profissional) realizando funções de

planificação e programação entre os grupos, com gestão sobre os recursos, na difusão e informação do processo da acção nessas actividades. São exemplos os projectos de intervenção sócio-cultural do município, as campanhas de animação, programas de tempos livres em colónias, de associativismo, etc.

C.)- O Animador: tipologias e funções

O animador sócio-cultural é o agente que põe em funcionamento, que facilita e dá continuidade à aplicação dos processos de animação. Este dinamizador da mobilidade social está ao serviço de uma instituição pública ou privada de carácter administrativo ou associativo e de modo voluntário ou profissional, promove a intervenção sócio-cultural na comunidade em que actua. O seu trabalho técnico apoia-se na relação pessoal com os destinatários, a sua integração no grupo e o de facilitar nele os processos de coesão, vivências ou experiências e tomar posições activas sobre o meio em que se realiza a animação.

Este agente intencional foi inicialmente voluntário, a que vulgarmente chamamos de "carolice", proveniente do sector associativo e cooperativo (A. Sérgio e o espírito associativo nos meados do séc. XX), dos movimentos educativos, movimentos juvenis, movimentos de cidadãos, para a partir dos finais da década dos 70, início dos 80 ser um animador

profissional, trabalhando em instituições públicas (animador cultural, gestor de programas municipais de animação, casa da cultura ou da juventude, animador juvenil, etc.) ou privadas, animador de actividades extra-escolares, animador de centros cívicos, de associações da terceira idade (misericórdias), equipas de serviços sociais (etnias/ciganos, marginados, toxicodependentes, delinquentes, etc).

Deste modo o animador sócio-educativo é um trabalhador social, um pedagogo social (Colom, 1987: 131-153), um educador polivalente com um espírito humanista, com alguma vocação e sensibilidade para a cultura popular, um técnico nas relações grupais e na planificação de actividades com fins educativas, culturais e desportivas ou recreativas.

Esta aproximação à figura do animador, referindo as suas funções e âmbito de formação, obriga-nos a intentar conhecer alguns dos tipos de animadores dentro da animação sócio-comunitária. Indicamos, apenas, três variáveis de uma possível classificação, sabendo que na prática elas se complementam:

- a.)- trabalho: carácter voluntário ou profissional;
- b.)- nível de gestão que desenvolvem;
- c.)- âmbito de intervenção em que trabalham;

Vejamos cada uma dessas variáveis tipológicas dos animadores:

a.)- No carácter do seu trabalho dividimos em:

- **animador voluntário** (vulgarmente designado por "carola"): é o animador que de forma gratuita colabora nas associações culturais, cívicas, recreativas e sociais com funções relacionadas com a acção. Sobre ele recai o carácter da participação social na animação e está sempre presente no campo de actuação das actividades, da representação e do acompanhamento dos grupos. Esta figura militante nasce de modo voluntário e espontâneo dentro das associações utilizando métodos autodidactas;
- **animador profissional ou semi-profissional**: é o animador, que de modo estável, está ao serviço das instituições públicas ou privadas, possibilitando permanentemente o desenvolvimento dos processos de animação, proporciona os recursos/equipamentos, relações e favorece a estabilidade, continuidade e rigor na programação e execução das actividades. Estes técnicos, que são responsáveis pela gestão de programas, dos equipamentos e da coordenação de actividades, formam-se através de cursos em algumas instituições educativas ou outros modelos de formação nas Instituições a que pertencem;

b.)- A segunda variável de classificação dos animadores, refere-se ao nível de gestão ou âmbito comunitário em que trabalha:

- **animador de grupo**: dinamiza pequenos/grandes grupos, facilitando a dinâmica grupal, a gestão associativa e as actividades. Os seus instrumentos são as relações pessoais, as técnicas de grupo, programação e a execução das actividades;
 - **animador comunitário**: dinamiza uma colectividade ou comunidade, em que a sua intervenção é mais estabelecida com as instituições e associações. Caracteriza-se pelo domínio das técnicas de gestão, informação e programação social na comunidade;
- c.)- No âmbito do trabalho de intervenção os animadores designam-se:
- **animador sócio-educativo**: trabalha prioritariamente nos movimentos educativos, actividades extra-curriculares ou extra-escolares, actividades associativas dos estudantes, centros de férias, etc.
 - **animador sócio-cultural**: trabalha em acções de tipo sociocultural (as associações juvenis e culturais, casas de juventude, centros cívicos, etc.) e cultural (casas de cultura, equipamentos culturais e recursos, etc.);

- **animador sócio-assistencial/sócio-cultural**: trabalha fundamentalmente em centros sociais, centros para a terceira idade/lares, asilos, etc.;
- **animador sócio-económico**: trabalha ou colabora nas colectividades como cooperativas (Direcções Regionais), com desempregados, etc.

Apesar de haver estas classificações, o termo mais usual e mais vulgar, é o de **animador sociocultural** seja qual for o âmbito em que trabalha.

Quais as funções de um animador no contexto das acções que desenvolve?

São várias as funções de um animador, variando segundo os contextos onde actua e do tipo de animador. Cremos que todas elas se agrupam entre as do animador de grupos e o comunitário. De qualquer maneira, e de modo genérico, Besnard (1984) assinala as seguintes:

- i.- programar, coordenar, organizar o projecto de acção, gerir as actividades, o tempo, os equipamentos e infra-estruturas, o grupo, etc.;
- ii.- promover as relações entre os grupos, as pessoas e instituições, dinamizando e difundindo em situações de aprendizagem essas relações, procurar informação, promovendo o associativismo, etc.;

iii.- procurar soluções e capacidade de avaliar, facilitando o rigor do conhecimento científico do "meio" e do crescimento do grupo;

iv.- criar cultura, difundi-la e possibilitar os recursos para essa criação;

v.- vigiar o cumprimento dos objectivos propostos de cada acção e avaliar na globalidade os projectos, em função de critérios de rendimento social;

O animador necessita cada vez mais, para desempenhar adequadamente as suas funções de uma formação específica (Bento, 1989, 42-48); porque como afirmam M. Debesse & G. Mialaret a "formação e animador" vão juntos (Besnard, 1980). Essa inquietação de formação de animadores é devida à diversidade da intervenção sócio-cultural, desde das instituições públicas e privadas, como do volume e características da acção, tudo para uma melhor responsabilidade da intervenção (programação do projecto, gestão, dinamização dos grupos, etc.). Exige-se, assim, uma formação pluri-dimensional na análise social da comunidade (Quintana, 1985).

3 - A ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL (ASC) E A COMUNIDADE

3.1. - Análise da Realidade na ASC:

Vimos que a ASC entende-se vulgarmente como uma prática ou acção determinada, que pela aplicação

de uma série de técnicas sociais, pretende-se fomentar e promover a participação real e efectiva de um grupo, colectividade ou comunidade no processo da acção sócio-cultural, desenvolvendo-se simultaneamente os mecanismos de comunicação. Com este pressuposto básico, a ASC é mais conhecida pelos projectos e experiências de acção concretas, que pelo nível de incidência contextual. Isto é, dá-se mais atenção ao "que fazer?" de actividades, que à fundamentação, programação da acção e projecção no "contexto".

Por isso, talvez, seja necessário incentivar uma análise exaustiva da realidade, quando empreendemos acções, às vezes intuitivas, do que possivelmente queremos realizar, procurando reajustar essas acções mais à realidade. Toda a intervenção sócio-cultural pressupõe uma análise prévia da acção contextualizada (reflexão sobre o meio), de modo a situar-nos referencialmente nos diversos aspectos da realidade ou comunidade circundante: tipo cultural, social, religioso, económico, político, adequando melhor os nossos processos de intervenção.

A análise da realidade na ASC, supõe pelo menos duas perspectivas:

- situar-se em relação ao meio concreto, inserindo-se nele, fazendo-se partícipe de todas as circunstâncias e recolhendo toda a bagagem his-

tórico-cultural e a projecção de progresso;

- conhecer todas as variáveis significativas através de um diagnóstico ou leitura integral da realidade: comunidade, infra-estruturas, instituições, participação, etc.;

Esta aproximação à realidade circundante exige uma percepção global e diferencial. Dita apreensão apresenta dois momentos chaves ao animador:

- i) - identificar e descrever os distintos

elementos e núcleos significativos, relevantes e de grande influencia do meio;

- ii) - interpretar com uma análise qualitativa cada um dos elementos e núcleos significativos, em que a experiência e a carga "simbólica" é um dos níveis de percepção importantes, para configurar a realidade.

Com estes pressupostos pretende-se destacar e incidir na "dimensão territorial da realidade", os componentes antropológicos, histórico-culturais, ecológicos, religiosos, económicos, etc., enriquecedores da ASC.

O ponto de partida de qualquer intervenção sócio-cultural será a análise do meio ou da realidade circundante em que a vamos desenvolver. Para isso, necessitamos possuir uma perspectiva territorial de estratégia de análise. É aqui, que nos surge

o conceito de "território" introduzido na ASC. A utilização desta noção levamos à definição de projectos territoriais concretos, em que as actividades culturais vão unidas a projectos de desenvolvimento e noções sobre esse "território" como lugar de acção da animação". Esta definição de unidade territorial, devidamente circunscrita, seja política, económica, religiosa, histórico-cultural, etc., faz-nos estabelecer as linhas orientadoras de um possível desenvolvimento.

Mas, o que é que entendemos por "realidade territorial" na intervenção?

A perspectiva territorial, que defendemos, permite-nos descobrir o sentido "cultural" do meio envolvente, no qual recolhemos os acontecimentos, as actividades e obras do ser humano, as contribuições e criações culturais que impulsionam a acção de animação. Nesta análise do meio, a "cultura" considera-se o seu elemento chave e onde o ser humano está inserido. A "realidade territorial" apresenta-se, assim, numa coordenada espaço-temporal (situação histórica), num limite territorial (inserção geográfica) e com traços peculiares (características próprias).

O "território" é uma noção proveniente das ciências naturais e da geografia, mas extrapolado às ciências sociais e antropológicas. Define-se como o habitat ou realidade espacial com o qual se interrelaciona o ser hu-

mano (Colom, 1987: 15-35). Pretendemos converter e transformar socialmente este sentido físico-geográfico do território em fonte vivenciada da cultura, elevando-o à categoria de "espaço cultural" (bairro, aldeia, cidade, região,...), de interações integradas para melhorar a convivência entre os indivíduos ou cidadãos. É, assim, que a ASC com o processo de intervenção sociocultural, se concretiza num meio dado: o território.

O termo "comunidade" que usualmente utilizamos quando nos referimos à ASC, é mais difuso e ambíguo, acentuando em concepções mais sociais da própria ASC (sócio-assistencial). Cremos que ele se reforça com a ideia de territorialidade, isto é, a própria comunidade adquire verdadeiro sentido e adequação referindo-se a um território com os seus vínculos histórico-culturais e dentro da multiplicidade e globalidade das relações ali existentes. A territorialidade mede-se pela capacidade dos seus recursos, densidade dos canais de criação, produção, difusão e interrelação culturais, pela originalidade e quantidade dos projectos culturais, pela originalidade e quantidade dos projectos culturais, pela dinâmica comunitária e pela estrutura de uma economia regional de cultura.

Toda a intervenção sócio-cultural parte da comunidade, cuja dimensão territorial contextual é um território de referência para ali se

aplicar as formas e os projectos de intervenção que possibilitem o desenvolvimento social e cultural. Em definitiva, desde uma perspectiva territorial, realizamos a análise exaustiva dos elementos e variáveis significati-

vas sócio-culturais para os sujeitos na sua comunidade e extractadas do lugar onde vivem. Analisemos, o "território" desde diversas perspectivas:

PERSPECTIVAS:	CONCEITOS:
Geografia	espaço físico com uma área determinada;
Ecológico-Ambiental	realidade espacial com a que se interrelaciona o ser humano;
Antropológica	o espaço social e cultural necessário a realizar-se todas as relações humanas;
Sócio-cultural	substrato espacial onde se realizam as relações sócio-culturais de um grupo e/ou comunidade.

3.2 - Modelo de Intervenção Sócio-cultural na Comunidade:

Na ASC surgem novas referências de análise provenientes da investigação integrada da realidade, quer dos elementos culturais do "território", quer dos contextos significativos sócio-culturais, possibilitando controlar os recursos e acções de carácter social e cultural. Este processo dinâmico e aberto, incidindo numa realidade concreta, exige um modelo de análise que abranja o tratamento mais adequado da integração entre os elementos que configuram dita realidade envolvente. Assim, toda a intervenção sócio-cultural estrutura-se:

- num programa ou projecto;

- uma relação a uma colectividade ou grupo humano;
- em actividades programadas e organizadas;
- numa realidade ou ambiente concretamente limitado.

Damos relevância à implementação da realidade envolvente, a qual é mediadora e condicionadora do processo de intervenção, porque os outros elementos assinalados, ainda que correlacionados, ajustam-se às condições "ambientais" dessa realidade. A "intervenção" parte de um ambiente concreto e configura-se em contextos singulares.

No quadro 1 (anexo) apresentamos o **MODELO DE INTERVENÇÃO SÓCIO-CULTURAL (MISC)**, que se aplica na dinamização de todas as acções de animação de tempos livres ou de âmbito sócio-educativo dos tempos livres (animação juvenil e da terceira idade/gerontologia sócio-cultural). O propósito deste esquema foi o de integrar os diversos elementos que configuram dois perfis da intervenção educativa e de podermos analisar alguns desses elementos.

Há nele dois momentos a destacar na "intervenção": que esta efectua-se próxima a um grupo ou colectivo, num ambiente circundante e orientada por uns objectivos; e por outro lado num contexto determinado e num tempo estabelecido. A elaboração do MISC parte do paradigma ecológico e ambiental e do Modelo de Análise Territorial - MAT (Colom, 1983; 1987) admitindo uma perspectiva ou enfoque sistémico da comunidade, onde realizamos a intervenção. Neste denominado "Modelo de Análise Territorial", partimos de uma investigação metódica e multidisciplinar, numa visão sistematizadora do meio onde inserimos a acção e da projecção simultânea das diferentes dimensões da realidade, por exemplo a: identificação dos elementos constitutivos do "território", o processo de análise territorial, a aplicação prática do modelo, consideração dos contextos (ecosistema), análise intrínseca e extrínseca do sistema, etc.. Isto é, de-

seja-se uma visão globalizadora e dinâmica desse meio, de modo a permitir captar todas as influências e implicações desse ambiente onde desenvolvemos as acções de animação:

Em resumo, o MISC apresenta dois níveis de realidade claros: o "ambiente territorial" ou comunitário (bairro, lugar, aldeia, povoação, cidade, região ou distrito) e por outro os próprios contextos da intervenção (os projectos, os programas, os equipamentos sócio-culturais, os recursos, etc..

3.3 - Dimensão Cultural da Comunidade Territorial

A dimensão cultural da comunidade está referida às diversas configurações de incidência do processo de intervenção sócio-cultural, isto é, dos diversos espaços territoriais concretos e das suas colectividades, desde a aproximação micro-territorial (bairro, aldeia, povoação, cidade,...) até outros espaços mais amplos (comarca, município, região,...). A comunidade estrutura-se progressivamente como um sistema de círculos concêntricos desde o primeiro nível mais próximo ao ser humano (bairro, aldeia,...) até a um nível comunitário mais amplo e complexo (município, região,...), constituindo-se sistemas envolventes de grupos humanos numa colectividade (comunidade territorial).

Na nossa dimensão cultural da comunidade territorial indicamos três níveis concretos, com as suas respectivas características relevantes, complementando o exposto anteriormente:

a)- **Habitat** (bairro, edifício, lugar): meio "antropogénico" territorial imediato e quotidiano; conjuntos dinâmicos com interações múltiplas, desenvolvendo a sua função, mas condicionando os indivíduos e simultaneamente ser condicionado por eles. O bairro, o edifício/casa ou lugar onde vivem os sujeitos constituem os laços espontâneos de relação considerando-se o seu lugar de encontro.

Características:

i) - quotidiano da pessoa com as suas experiências/vivências, configurando a sua identidade pessoal e social. Há diariamente nos modos de vida e nas relações sociais, uma concretização das ideias e decisões da pessoa com os outros e com o meio;

ii) - interações na vida do bairro que se acumulam na experiência da pessoa (biografia pessoal), abrindo-lhe novas perspectivas e pensamento;

iii) - identificação: procura de elementos referenciais de tipo cultural e social, num sentido de vínculo, de identificação a partir da bagagem histórico-cultural.

b)- **Local** (aldeia, povoação, cidade): realidade rural, urbana e local; siste-

ma amplo que agrupa no seu seio múltiplos micro-sistemas naturais e sociais, representando uma problemática global. Este âmbito responde à estrutura urbana (Inge, 1983: 43-82) na guarda das necessidades e sobrevivência dos seres humanos.

Características: os fenómenos urbanos resultantes dos sentidos de vida supõe influências económicas, produtivas e áreas de actividades, tipos de meios de comunicação, existência e proliferação de subculturas ou etnias, modos de consumo e de moda, que marcam a estrutura e a organização de uma povoação ou cidade e provocam mais dinamismos e aberturas de cultura urbana.

c)- **Regional** (município, comarca, área metropolitana, região, distrito): âmbito comunitário e autónomo; conjunto de comunidades com recursos e necessidades que constituem os vínculos de identidade colectiva e de idiosincrasia cultural. Uma região ou município aglutina diversas comunidades territoriais ou uma unidade habitat comum. A intervenção socio-cultural fundamenta-se no conhecimento da realidade cultural, proporcionando uma "comunidade" (Conseil D'Europe, 1982).

Bassand e Hainard (1986: 13-49) assinalam numa região a dinâmica sócio-cultural estabelecida em três funções:

i)- fundamento da comunicação inter-individual e intergrupar, desenvolvendo-se processos endógenos e exógenos;

ii)- lugar de elaboração de projectos e programas, proporcionando a transformação social;

iii)- definição da identidade (idiosincrasia) de uma região e dos seus actores;

Conhecendo as dimensões culturais da comunidade, quais são os procedimentos de aplicação do modelo de análise territorial - MAT?

Entre os princípios ou conhecimentos de análise do MAT (quadro 1), destacamos duas fases claras:

a)- identificação dos elementos constitutivos da comunidade territorial: ao nível sociológico e numa perspectiva de ASC, identificamos quatro variáveis (quadro 2) (anexo):

- população/comunidade;
- serviços e/ou equipamentos;
- participação e/ou associativismo;
- prospecção de interesses.

Os recursos metodológicos de análise, respectivamente para cada destas variáveis são:

- estudos, censos, anuários estatísticos da população, etc;

- mapa e planos territoriais, cartografias (social, cultural e económica), iconografias, elaboração de guias de recursos (educativos, culturais, desportivos, tempos livres e recreativos, sanitários e assistenciais, administração-cívico), meios de comunicação, etc;

- registos das associações ou cooperativas e elaboração de associativismo (número de associações/clubes, tipos, número de associados, estatutos, objectivos e acções, projectos de ASC, graus de participação, etc.);

- detectar as expectativas sociais e culturais da comunidade (qualidade de vida, emprego, ócio, hábitos culturais, necessidades sociais, etc.), utilizando como recursos os questionários, sondagens, inquéritos e entrevistas.

b)- processo de análise territorial: elaboração de fichas territoriais ou comunitárias, resultantes dos dados codificados da investigação das diversas dimensões do território. Ditas "Fichas de dados territoriais" devem mencionar (quadro 2): a unidade de habitat, dimensão da realidade (marco geográfico, índices demográficos, identidade histórico-cultural, estrutura económica e de profissões, situação política, etc.), os elementos sócio-culturais e as temáticas e actividades

desenvolvidas no processo de intervenção.

Este modelos de análise territorial da comunidade (quadro 2), combina aspectos ambientais, sociológicos, educativos e culturais, numa análise sistemática da realidade, proporcionando eficácia na intervenção da ASC e do animador dinamizador nessa comunidade.

Nesta concepção ecosistémica de elaborar o projecto, com a formulação de objectivos, planificação de acções/actividades, avaliação e valorização do projecto, da gestão e financiamento, há certas analogias com a planificação estratificada e descritiva de análise das organizações (quadro 3) (anexo), proposto por P. Besnard (1984 e 1988), ao estabelecer respectivamente níveis de análises e tipos de investigação. Nele subjaça uma estratégia de análise sistemática (intrínseca e extrínseca) à comunidade territorial, para a aplicação da intervenção sócio-cultural.

4 - A DINAMIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL NUM BAIRRO: BASES GERAIS PARA UM PROJECTO DE INTERVENÇÃO

Iremos propôr seguidamente algumas bases orientadoras na elaboração de um projecto de intervenção sócio-cultural num "território" (por exemplo, num "bairro" um centro de tempos livres, uma associação de in-

quilinos, etc.) de uma povoação ou cidade, para promover a participação cidadania e a colaboração das instituições cívicas na sua vida cultural. Da nossa experiência, pensamos que qualquer projecto ou programa cultural tem que ser criativo na sua organização. Por isso, é necessário previamente uma análise integral do "território" para planificar os planos de acções e actividades sócio-culturais.

Dissemos ao longo deste estudo que o conceito de "cultura" é a chave fundamental da ASC. Ela constitui a base do projecto, com os seus canais culturais (cultura popular, cultura de elite, de massas, difusão cultural), o desenvolvimento cultural (fundamentos e objectivos), as acções sócio-culturais, a figura do animador (critérios, tipo voluntário ou profissional), a situação global da comunidade territorial (as atitudes dos cidadãos, as suas motivações psicológicas, os valores, o consumo, tipo de economias, as modas, etc.) e os indicadores sociais (instituições, associações, educação permanente, integração das gerações, modos e lugares de encontro, a arte, os canais de informação e expressão, etc.).

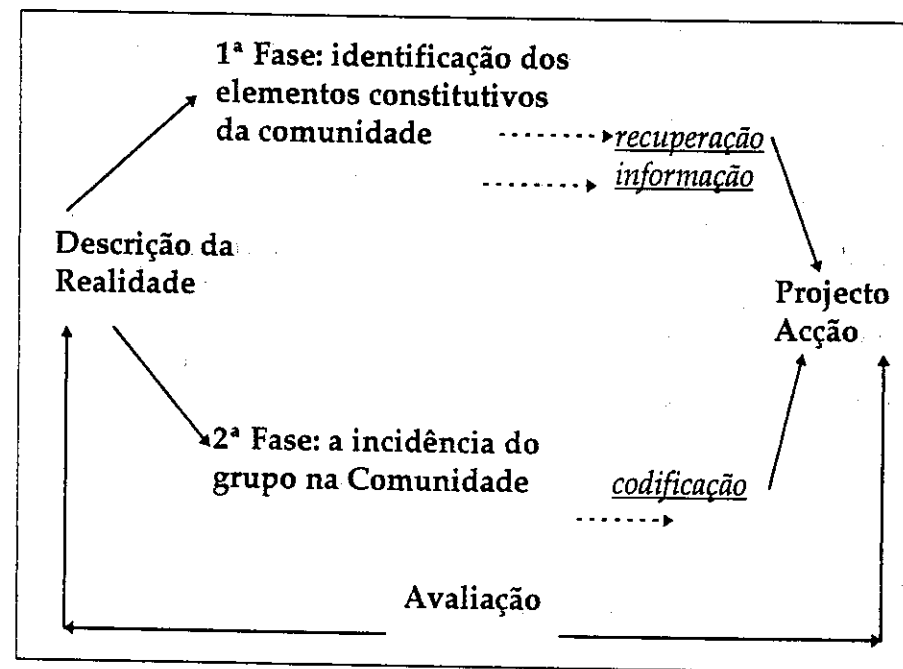
Esquemáticamente mencionamos algumas bases gerais na elaboração de um projecto, por exemplo num "Centro de Tempos Livres para Jovens":

1)- Preâmbulo/Introdução: explica-se o que é um "Centro de Tempos Li-

vres", a sua importância na comunidade e na sua transformação, o homem livre no tempo, etc.

2)- Análise da Realidade: este ponto pretende dar uma descrição integral do "território" (espaço de relações) onde vamos realizar a acção de animação. Esta concepção educativa do meio permite-nos uma visão global do indivíduo em si e como sujeito que voluntária ou involuntariamente esta-

belece as suas relações com os elementos que configuram essa comunidade, sejam sociais, económicos, políticos, religiosos, laborais, demográficos, etc.. Quando falamos de análise da realidade devemos recordar a complexidade das relações humanas na comunidade, de modo a que o projecto de acção esteja em consonância com esse marco de referência. Em esquema seria:



Na 1ª fase identificamos os elementos constitutivos da Comunidade Territorial:

- população: sectores, bairro residencial, níveis profissionais, população permanente e móvel, escalões etários/idades, procedência, etc.;
- análise aos estabelecimentos/instituições e respectivo nível associativo: estabelecimentos educativos e de emprego (dos tempos livres), associações, projectos de acções, acções efectuadas, graus de participação, relação inter-associações
- (nível interno, relações entre os órgãos, conflitos, lideranças, acções realizadas), etc.;
- prospecção de interesses: emprego do ócio e dos tempos livres, inquietações dos jovens, motivações, etc.

Na segunda fase referimos a incidência do grupo ou colectividade na Comunidade Territorial: população a quem se destina a acção, recursos materiais e humanos necessários, o êxito das acções recreativas, desportivas, assistenciais e culturais, etc.

3º)- Formular os objectivos concretos: qualquer "centro" constitui um lugar de socialização, um factor de integração entre gerações, impulsada desde uma dinâmica juvenil para uma plataforma reivindicativa do direito ao "tempo livre" como modo de satisfação das necessidades dos jovens. Num "centro" destacamos três áreas

fundamentais:

- sócio-cultural: propostas de acção dirigidas a desenvolver social e culturalmente o jovem, assumindo este o papel de protagonista activo;
- recreativo/desportivo e lúdico: procura de novas formas de expressão pessoal, de descobrimento do sentido ecológico-ambiental, patrimonial, recreativo, lúdico e festivo da sua Comunidade;
- assistencial e orientativo: âmbito assessorial e de orientação aos jovens (incluindo aos jovens da União Europeia e de expressão portuguesa) em todo o tipo de problemas da convivência quotidiana;

Desde estas áreas deduzimos uns objectivos concretos a executar no "Centro de Tempos Livres", que são:

- i)- desenvolver a relação social do jovem pela inter-comunicação com os grupos sociais;
- ii)- sensibilizar o jovem para experiências histórico-culturais, desportivas e recreativas da sua Comunidade;
- iii)- estimular a criatividade pessoal desde as suas próprias iniciativas;
- iv)- possibilitar o contacto harmonioso com a "natureza"/meio-ambiente;
- v)- descobrir o sentido do "jogo", diversão como modo compensador e de bem-estar pessoal e social;

vi)- promover o elemento festivo, recuperando o sentido da identidade e da tradição popular e patrimonial;

vii)- aconselhar sobre as condições adequadas para o emprego ou trabalho, destacando o sentido educativo do tempo livre e do ócio;

viii)- orientar a utilização dos serviços institucionais e comunitários;

4º)- Estabelecer as etapas (indicamos quatro etapas principais):

a)- Procura/motivação: elementos prévios de procura e contacto com as instituições da zona e possíveis colaborações. Desse contacto, surgem as actividades de elaboração do projecto, orçamento e tempo gasto (devidamente aprovado), procura e adaptação de lugares, investigação de necessidades (inquérito), a colaboração com outras associações da comunidade, selecção dos colaboradores (cursos e organização dessa colaboração) e modos de divulgação por cartazes, painéis, etc.;

b)- Lançamento: levar as ideias do projecto ao maior número de pessoas, difundindo-as com os meios mais eficazes, colóquios, anúncios, cartazes, painéis, etc. Como actividades referimos a codificação de necessidades, a redacção do pré-programa (difusão e crítica), programas de actividades, a

difusão e publicidade, as reuniões dos responsáveis/colaboradores do projecto, a coordenação das funções, a selecção do material, etc.;

c)- Desenvolvimento e execução (estabelecer as estruturas e os mecanismos da participação): realização das actividades (indicações das temáticas e tempo/dias de realização), orientação aos intervenientes, criação de lugares de expressão (fotografia, cinema, vídeo, excursões, teatro, fantoches, expressão artística/pintura, organização de jogos, etc.);

d)- Consolidação das Actividades (pode não ser a última fase): é o primeiro tempo de avaliação (níveis de participação), de maneira a poder controlar e orientar os resultados obtidos e a procurar novas linhas de actuação. Pode-se consolidar ditas actividades criando um centro de recursos, publicação de um boletim (jornal, realização de colóquios ou semanas culturais, contacto com as famílias e cidadãos, criar lugares de participação para os pais, lançar novas actividades complementares, promover planos de verão ou de férias, rever os programas, etc..

5º)- Pautas de Avaliação - o projecto regula-se pelo controle das actividades, avaliando-se em duas dimensões:

Preparação (previsão)		Revisão: avaliação	
1 - nome da actividade/área	1 - nome da actividade/área	
2 - data início	2 - data de execução	
3 - lugar proposto	3 - dificuldades realização	
4 - objectivos operativos	4 - objectivos cumpridos	
5 - destinatários pessoais	5 - resultados nos intervenientes	
6 - orçamento e ajudas	6 - custos financeiros reais	
Preparação (previsão) (cont.)		Revisão/Relatório: avaliação (cont.)	
7 - conteúdos e programa	7 - desenvolvimento/execução	
8 - materiais/recursos previstos	8 - recursos utilizados	
9 - nível participação estimada	9 - nível real de participação	
10 - tempo previsto actividades	10 - duração real das actividades	
11 - reuniões previstas	11 - reuniões realizadas/organizadores	
12 - margem de imprevistos	12 - imprevistos surgidos	
13 - equipa de organização	13 - equipa de organização/realização	
14 - publicidade e difusão	14 - publicidade e difusão real	

6º)- Determinação dos Recursos: os recursos utilizados são humanos (responsáveis, monitores ou auxiliares) e técnicos (instalações, material de apoio, equipamentos e recursos técnicos). Devemos incluir e difundir neles, os recursos culturais de cultura tradicional (música, contos, lendas, festas, tradições, gastronomia,...), da cultura popular (grupos de dança, ranchos, de música, filarmónicas, de teatro, associações, revistas ou jornais, rádio,...), os artistas e o património (edifícios, museus, monumentos, capelas, lugares, bibliotecas, etc.) da comunidade.

Todas estas notas orientativas e sugeridas são propostas de orientação para um projecto de ASC num determinado "território", salientando os aspectos da formação e animação dos tempos livres ou de ócio nos jovens. Pensamos que todas as acções e manifestações culturais devem ter eco, de modo a fazer participar (protagonista, receptor e emissor) e mudar a imagem do cidadão sobre os fenómenos culturais da sua comunidade e/ou região. Assim, contribuímos para melhorar a qualidade de vida individual e social dos indivíduos, motivando-os para as questões sócio-culturais.

QUADROS:

QUADRO 1 : MODELO DE INTERVENÇÃO SÓCIO-CULTURAL (MISC)

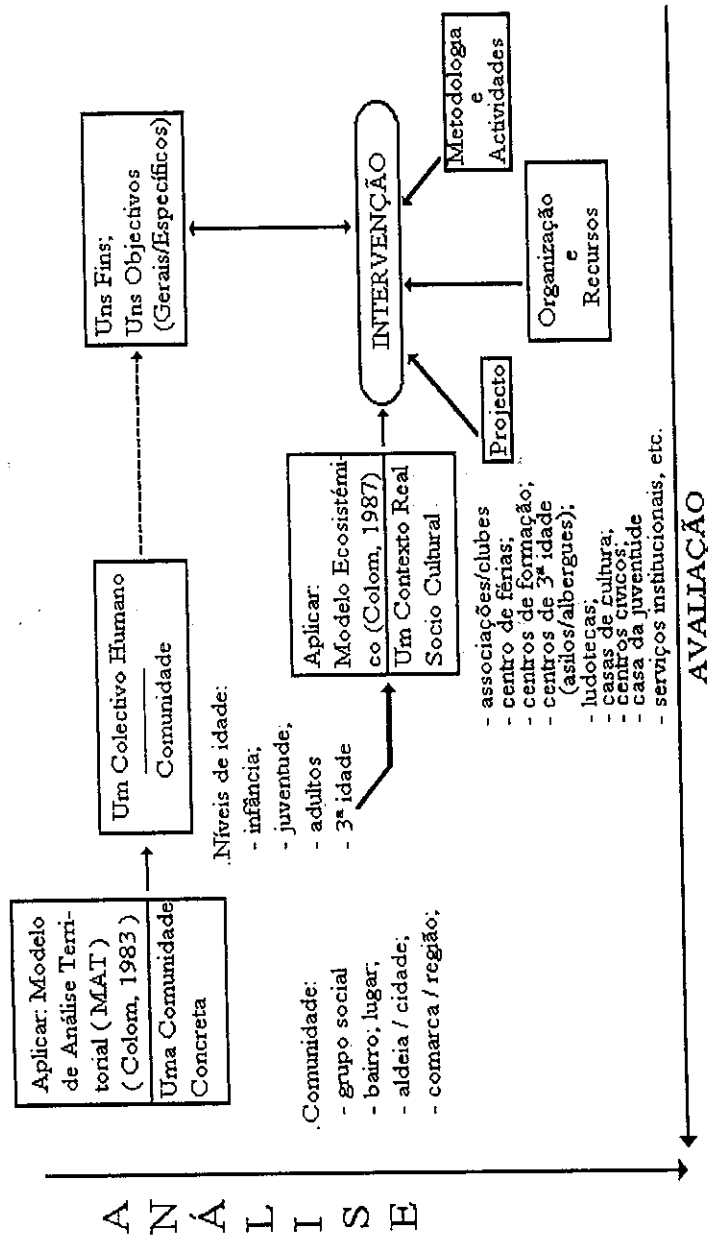
QUADRO 2 : MODELO DE ANÁLISE TERRITORIAL DA COMUNIDADE (MAT)

QUADRO 3 : PRÁTICA ANALÍTICA DAS ORGANIZAÇÕES (BESBARD, 1984)

QUADRO I

MODELO DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL (MISC)

Diagnóstico e Objectivos



QUADRO II

MODELO DE ANÁLISE TERRITORIAL (MAT) DA COMUNIDADE

MODELO DE ANÁLISE TERRITORIAL (MAT) DA COMUNIDADE	
1 - Identificação dos elementos constitutivos da comunidade	2 - Processo de análise territorial
<p>População</p> <ul style="list-style-type: none"> - crescimento populacional (demográfico); - estrutura por idades/procedências; - níveis educativos; - estrutura sócio-profissional; - estrutura sócio-económica; 	<p>Hábitat Cultural</p> <ul style="list-style-type: none"> - bairro - comunidade local; - povoação/aldeia - cidade; - comarca (município) - região
<p>Equipamentos</p> <ul style="list-style-type: none"> - educativos; - culturais; - desportivos; - sanitários; - administrativos - meios de comunicação; - recreativos; - higiénicos; - turísticos; - organizativos; etc. 	<p>Dimensão da Realidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - marco geográfico; - crescimento demográfico; - identidade histórico-cultural; - estruturas económicas; - situação política; - estrutura administrativa
<p>Associativismo</p> <ul style="list-style-type: none"> - número de associações/clubes; - tipos de associações/clubes; - número de afiliados/sócios; - objectivos e acções; - grau de participação; 	<p>Ficha de Dados</p> <ul style="list-style-type: none"> - unidade do "hábitat"; - dimensão da realidade; - elementos sócio-culturais; - temáticas e/ou actividades (plano ou projecto)
<p>Prospecção dos Interesses</p> <ul style="list-style-type: none"> - qualidade de vida (bem-estar); - empregos sazonais; - tempos livres e de ócio; - hábitos culturais e gastronómicos; - necessidades sociais; 	

QUADRO III

PRÁTICA ANALÍTICA DAS ORGANIZAÇÕES (Análise por níveis)
(BERNARD, 1984)

1 - Organização - estruturas - funções (bases organizacionais)	Descrições da organização (organização estrutural e funcional)
2 - História da organização: passado, presente e futuro; (situação da organização no tempo)	Aproximação histórica: acontecimentos, data da fundação, origem, crises, etc.
3 - Estatutos, normas, regulamentos, marco jurídico	Aproximação sócio-jurídica
4 - Situar a organização no "meio" envolvente	- geografia institucional;
5 - Fins, metas, objectivos explícitos	Análise dos objectivos. Marco referencial para a organização: os actores, etc.
6 - Agentes da organização: dirigentes, responsáveis, pessoal de gestão e animação, empregados, etc.	Análise psico-social: características, motivações, projectos, qualificação, salários, itinerários, categorias, representação, etc.
7 - Plano, programas e actividades da organização	Análise de conteúdo: níveis, indicadores e critérios
8 - Público da organização	Análise psico-sociológica: características, motivações, esperas, projectos, níveis, origem, idades, sexo, história, itinerários, etc.
9 - Meios, métodos, técnicas, estratégias	Análise dos "meios" materiais, humanos, pedagógicos, tecnológicos (INPUT)
10 - Resultados indicados e obtidos pela organização	Avaliação dos resultados - medidas
11 - Financiamento e custo	Análise financeiro: rendimento, estudo das relações custo rendimento.
12 - Relação entre todos os anteriores níveis	Análise por pares: agentes/público; programas/métodos; objectivos/resultados; custo/rendimento.
13 - Procura de "analisadores" em todos os níveis ou para o conjunto global da organização	Utilização do método dos "analisadores" reveladores/catalizadores: por exemplo o dinheiro, os conflitos, os incidentes, as rupturas, etc.

Notas:

(1) - No contexto global da sociedade ocidental a ASC é herdeira dos movimentos de educação popular, que foi um movimento ideológico a favor da educação do povo (a finais do séc. XIX). Esta consciência de constituição da classe operária, como classe social, une-se aos princípios da Escola Nova, dando lugar às primeiras práticas de educação popular nas Comunidades Religiosas e nos movimentos laicos criando as suas próprias estruturas e instituições educativas.

Historicamente a ASC tem antecedentes em algumas iniciativas desde o Humanismo laico, inspiradoras da Ilustração, do Liberalismo, das missões religiosas e das instituições de beneficência/assistência social desde o séc. XVII e posteriormente em iniciativas esporádicas de grupos, associações, missões pedagógicas, iniciativas sindicalistas ou de grémios, movimento "boys scout", campismo e colónias de férias, excursões escolares, museus, etc., com um carácter de voluntário de uns quantos indivíduos, que pretendiam levar a cultura ao mundo rural, concebido este como um meio de renovação cultural e educativo nas primeiras décadas deste século.

Apartir da II Guerra (década dos 40 e 50) a ASC reorganizou-se e evolui num movimento de educação popular, destacando-se as instituições amparadas pela Igreja e as organizações pelos partidos políticos. Esta estruturação de grandes associações e federações a nível nacional, com conexões a nível internacional, dão origem aos modelos de intervenção social e cultural que existem actualmente na Europa. Na década dos 50 estas associações desenvolvem metodologias e técnicas educativas próprias de animação: a consciencialização libertadora (P. Freire), a participação, a animação de grupos, as actividades lúdicas e desportivas, etc. Mas, será na década dos 60 que começamos verdadeiramente a falar de ASC em França. Em 1964 a União Francesa de

Centros de Férias abre a sua Escola de Animadores de Tempos Livres, generalizando-se o termo de ASC e a figura do "animador" nas suas funções de animação, o "status" profissional e de voluntariado. Gradualmente reconhece-se a animação nas actividades dos Centros de Férias, Casas de Juventude e de Cultura, Centros Cívicos, etc.

Assim, ASC é a nova designação da educação popular, do movimento da educação social e de pedagogia social, que se ergueu em escola paralela, unida à dinâmica social, cultural e política dos sujeitos, pretendendo confluir ou separar as instituições tradicionais (Família, Igreja) com as instituições públicas laicas (muni-cípio, o estado), constituindo as redes de associações com afinidades sociais.

Com o ideal de "sociedade do bem-estar" na década dos 70, alguns países europeus (França, Inglaterra, Alemanha) criaram os serviços sócio-culturais, as actividades e as prestações sociais de amparo na segurança social, ajudando financeiramente essas actividades, a aquisição de equipamentos e/ou proporcionando animadores (funcionários) dinamizadores das associações. Actualmente na Europa Comunitária encontramos as seguintes tendências na animação:

a)- Estados latinos (França, Itália, Espanha, Portugal) e Alemanha centrada na ocupação dos tempos livres e no desenvolvimento de actividades de criação e promoção cultural;

b)- países nórdicos e anglosaxões (Inglaterra, Holanda, Dinamarca, etc.) centrada na animação comunitária ("community development") orientada à educação da comunidade, do desenvolvimento das estruturas de participação e de serviços à comunidade;

Por outro lado, surgem na Europa duas formas distintas de intervenção sócio-cultural:

i) a- intervenção realizada pelos movimentos, associações, instituições, etc., consideradas de utilidade pública e apoiadas pelas administra-

ções governamentais, cumprindo funções de serviço público de acção e formação (modelo de intervenção em: França, Alemanha, Inglaterra, etc.).

ii) a- intervenção realizada pela administração pública local e estatal, que promove programas de difusão cultural, tempos livres e de ócio, gestão de equipamentos de serviço da Comunidade. Estas instituições públicas desenvolvem programas de ASC nos Centros de Férias e de Tempos Livres, Casas de Juventude e Cultura, Centros Cívicos, Centros Sociais e Sócio-culturais, Lares de Terceira Idade, etc. (modelo seguido em: Itália, Portugal, Espanha, França, etc.).

Bibliografia

ANDER-EGG, E., *Metodologia y práctica de la Animación sociocultural*, Masiega, Madrid., 1981.

-, *¿ Que es la Animación Sociocultural?*, Buenos Aires, Ed. Humanitas, 1987.

ANNUAIRE STATISTIQUE DE LA CULTURE, Données de 1970 à 1974, Ministère de la Culture/Publ., Documentation Française, Tome 1, Paris, 1977.

BASSAND, Michel & HAINARD, F., *Dynamique socioculturelle régionale*, Lausanne, Ed. Presses Polytechniques Romande, 1986.

BEILLEROT, J., *La société pédagogique*, PUF, Paris, 1982.

BENTO, Avelino, "A necessidade de formar animadores culturais", *Aprender*, n.º 7 (Portalegre), pág. 42-48, 1989.

BESNARD, Pierre, *Animateur socioculturelle*, PUF, Paris, 1980.

-, *Animateur socioculturelle une profession différente?*, ESF, Paris, 1984.

BERNARD, P.;POUJOL, G.; SIMONOT, M. & LABOURIE, R., *La animación sociocultural*, Barcelona, Ed. Oikos-Tau, 1988.

BULGHERONI, R., *Ciudadanidad*, México, Ed. Diana, 1985.

CAMILLERI, Carmel, "Les Conditions structurelles de l'intercultural", in *Revue Française de Pédagogie*, n.º 103, pág. 43-50, 1993.

CASTILLEJO, J. L. & COLOM, A. J., *Pedagogia Sistémica*, CEAC, Barcelona, 1987.

COLEMAN, J.S. & HUSÉN, T., *Becoming adult in a changing society*, Paris, OCDE/CERI, 1985.

COLOM, A. J. y SUREDA, J., *Hacia una teoría del medio educativo*, Publ. ICE, Palma de Mallorca, 1980.

COLOM, A.J., *Concepto de Educación Ambiental*, en Castillejo, J.L. & Sanvicens & Cervera e outros, *Teoría de la Educación I*, Ed. Limites, Murcia, 1983.

COLOM, A.J. y otros, *Modelos de Intervención Socioeducativa*, Narcea Ediciones, Madrid, 1987.

CONSEIL DE L'EUROPE, *Repport de la 3ª Conférence des Ministres responsables des affaires culturelles*, Luxembourg, Publ. CE., 1981.

-, *Politiques de développement culturel dans les villes*, Rapport de la réunion de Gand, Strasbourg, Publ. CE, 1982.

-, *Déclaration européenne sur les objectifs culturels*, Strasbourg, Publ. CE, 1984.

DIAZ GUERRERO, R., *El Ecosistema Sociocultural y la calidad de vida*, México, Ed. Trillas, 1986.

DUMAZEDIER, J., *Vers une civilisation du loisir?*, Seuil, Paris, 1962.

FIELD, F., *Education and the Urban crisis*, Routledge Kegan Paul, London, 197.

FUSTLER, F., *L'Enfance Inadaptée: Repères pour des pratiques*, Presses Universitaires de Lyon, Lyon, 1983.

GOODEY, B., *Vers une Culture participative dans l'environnement construit*, Strasbourg, Publ. CE, 1981.

INGE, J., *Villes et développement culturel: une perspective locale*, Publ. du Conseil d'Europe, Strasbourg, 1983.

JANE, Henri & LALOU, Jean et autres, *La civilisation des loisirs*, Ed. Gé-

rard/Marabout: Université, Verviers (Belgique), 1967.

LABORDERIE, R., *Aspects de la Communication Éducative*, Éd. Casterman, Paris, 1979.

LABOURIE, R., *Les institutions socioculturelles les mots clés*, Paris, PUF, 1978.

LEIF, J., *Temps Libre et Temps a soi. L'enjeu éducatif et culturel*, Les Ed. ESF, Paris, 1984.

LUZURIAGA, L., *Pedagogia Social y Política*, Losada, Buenos Aires, 1968.

McLUHAN, Marshall, *The Gutenberg Galaxy*, University of Toronto Press, Toronto, 1962.

OCDE, *L'Enseignement, le Développement Urbain et les initiatives locales*, Publ. OCDE, Paris, 1983.

OREFICE, P., *Educazione e sviluppo locale e regionale. Esperienze Europee*, Liguori Ed., Napoli, 1984.

POUJOL, G., "Action culturelle. Action socio-culturelle. Recherches", in *Documents de L'INEP* (Sept., Paris), pág. 13-46, 1983.

PUIG, J.M. y TRILLA, J., *Pedagogia de l'oci*, CEAC, Barcelona, 1985.

QUINTANA CABANAS, J.M., *Fundamentos de Animación Sociocultural*, Madrid, Narcea, 1985.

RAYNORD, J. & HARDEN, J., *Readings in Urban Education*, 2 Vols., Routledge Kegan Paul, London, 1973.

SANTOS, Delfim, *Obras Completas*, Vol. III, *Do Homem, Da Cultura*, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.

TEJEDOR, Francisco J.T., *Fundamentos de la Animación Sociocultural*, Ed. Narcea, Madrid, 1985.

WOLF, Mauro, *Teorias da Comunicação*, trad. Mª Jorge Figueiredo, Ed. Presença, Lisboa, 1987.



Papelaria e Livraria Nova Académica, Lda.

.Artigos escritório

.Desenho

.Novidades

.Brindes

Agente:

.Papel Sensibilizado

.Lima Mayer

Av.ª Fialho de Almeida, 6

Telef. 2 59 14

7 800 BEJA